
Narrando os avessos: o Brasil na ficção de Guimarães Rosa e Dyonélio Machado

Márcia Helena Saldanha Barbosa (UPF)

Resumo

O trabalho propõe uma análise comparativa de duas narrativas ficcionais que realizam interpretações do Brasil: *Grande sertão: veredas* (1956), de Guimarães Rosa, e *O louco do Cati* (1942), de Dyonélio Machado. No contexto das referidas obras, a encenação de bandos que exercem o poder, situando-se entre a lei e o crime, constitui-se em uma representação do funcionamento das estruturas do País.

Palavras-chave: Literatura e História; alegoria.

Dyonelio Machado publicou *O louco do Cati*¹, em 1942, e, logo após a sua edição, a obra recebeu, sobretudo, críticas negativas; teve, porém, entre os próprios escritores brasileiros da época, alguns leitores entusiastas, tais como Mário de Andrade e Guimarães Rosa. Este último chegou a incluir o volume na “Lista dos melhores livros de literatura brasileira”, elaborada por ele e encontrada em sua biblioteca pela pesquisadora Suzy Frankl Sperber². Mais significativo ainda do que a inclusão do romance nessa lista é o depoimento de Guimarães Rosa a respeito da obra do escritor gaúcho lançada em 1942: “- Para mim, os melhores livros que já li até hoje, como originalidade, como realização, como beleza, foram o de Herberto [Sales] e *O LOUCO DO CATI*, de Dyonelio Machado”. Talvez o gosto de Guimarães Rosa pelo referido romance do escritor gaúcho possa ser explicado pela afirmação que ele fez, nessa mesma ocasião, acerca de sua própria obra:

-Meus livros não são feitos para cavalos, que vivem comendo a vida toda, desbragadamente. São livros para bois. Primeiro o boi engole, depois regurgita para mastigar devagar e só engole “de vez” quando tudo está bem ruminado. Essa comida vai servir, depois de tudo, para fecundar a terra. Meus livros são como comida de bois. Confesso que também eu não gosto de meus livros à primeira leitura, só na releitura é que eles começam a me agradar.³

¹ MACHADO, Dyonélio. *O louco do Cati*. 2. ed. São Paulo: Vertente, 1979.

² Essas informações, retiradas pelo editor de *Os ratos* de uma matéria veiculada no *Jornal do Brasil* em 1972, constam num texto incluído “À guisa de prefácio” em MACHADO, Dyonelio. *Os ratos*. 4. ed. Porto Alegre: Bells, 1973. 161 p. XIII.

³ Id., *ibid.*, p. XII.

Ao que parece, *O louco do Cati* também é um “livro para bois”, do qual não se gosta ao primeiro contato. A leitura dessa obra e as opiniões de alguns críticos sobre o texto sugerem que a classificação utilizada por Guimarães Rosa para definir seus próprios livros pode ser aplicada ao romance em questão de Dyonelio Machado, que somente em 1979 ganhou sua primeira reedição. Ao comentar *O louco do Cati*, Moysés Vellinho, por exemplo, refere-se, entre outras coisas, à “inconsistência da trama”, à criação de uma personagem sem nome e de um desfecho “cuja razão de ser é impossível descobrir, pelo simples motivo de que não tem forma, não tem conteúdo, não tem qualquer propósito acessível à percepção comum”⁴. Trata-se, portanto, de um livro que é “como comida de bois”; exige a ruminação propiciada pela releitura. Vale examinar um fato curioso em relação a esse texto: o indivíduo que, já sendo leitor de Guimarães Rosa, se propuser a digerir *O louco do cati* poderá detectar entre essa obra de Dyonelio Machado, do qual o autor mineiro foi leitor confesso, e *Grande sertão: veredas* (1956) várias coincidências que permitem refletir sobre a abordagem do tema razão/loucura nos dois livros.

*Grande sertão*⁵ conta a história de Riobaldo, filho de uma sertaneja pobre e de um fazendeiro abastado, que se tornou jagunço e, depois, proprietário de terras. A obra, que tem merecido especial atenção por parte da crítica, constitui-se numa narração labiríntica, não linear e voltada a diversos temas, que vão do sertão e da jagunçagem ao pacto com o Diabo e ao amor do protagonista por Diadorim. *O louco do Cati*, por sua vez, é ainda um romance pouco conhecido ou citado e raramente estudado, motivo pelo qual seu enredo será retomado aqui, de forma breve. A obra de Dyonelio Machado tem como protagonista um indivíduo permanentemente atormentado por recordações de passagens de sua infância vivida em Quaraí, cidade gaúcha localizada na fronteira com o Uruguai. Essas passagens são as prisões que testemunhou, realizadas pelos homens do general castilhista João Francisco Pereira de Souza, e os comentários, feitos pela mãe e pela população em geral, sobre casos de tortura e morte ocorridos no quartel do Cati. O terror causado na personagem por tais acontecimentos é tanto que provoca o seu desequilíbrio mental.

No começo da narrativa, que também se caracteriza pela ausência de linearidade, as cenas presenciadas e imaginadas pelo protagonista quando criança constituem “um ponto à sua frente”, que ele, agora adulto, põe-se a apagar “com um olhar sem conteúdo”. Nesse

⁴ VELLINHO, Moysés. *Letras da Província*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1960. p. 65-77.

⁵ GUIMARÃES ROSA, João. *Grande sertão: veredas*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

momento, o Louco ocupa um lugar no bonde que o leva de um ponto a outro de Porto Alegre, cidade para onde se transferira ainda menino. No fim da linha, junta-se a um grupo de rapazes, com quem inicia uma viagem em direção ao litoral gaúcho. A partir de então, as lembranças relacionadas ao Cati surgem para a personagem com mais força. Ele vivencia, sobretudo ao lado de Norberto, um de seus companheiros de jornada, situações de violência e repressão, patrocinadas pela ditadura de Vargas, que o levam a confundir o presente com o passado, o Estado Novo com o Cati. Norberto, um ativista político conforme se vem a saber posteriormente, separa-se do grupo, valendo-se da companhia do Louco para despistar a polícia, mas ambos são detidos em Araranguá e levados a uma prisão no Rio de Janeiro. Após algum tempo, são libertados e passam por um período de extremas dificuldades financeiras na Capital carioca. A seguir, Norberto, para quem o Louco se tornara um incômodo, livra-se dele, fazendo-o embarcar num navio que o leva a Florianópolis. Essa é apenas a primeira parte da viagem de retorno que o rapaz realiza até o Rio Grande do Sul e que, por obra do acaso ou de forças misteriosas, culmina com a sua chegada ao Cati. O lugar que dera origem a tantos tormentos e alucinações já está em ruínas quando ocorre o reencontro. Entretanto, o mesmo se poderia dizer do protagonista, que perdeu, na fuga, sua integridade física e mental.

A obra *O louco do Cati* revela, já nas suas primeiras páginas, que a viagem realizada pelo protagonista não tem como ponto de partida a cidade de Porto Alegre. Tudo começa em Quaraí, sua terra natal: ali ele embarca, “quase menino”, em uma diligência em direção à Capital, num clima de nervosismo e apreensão. Anos depois, ocorre o seu deslocamento de Porto Alegre para o Rio de Janeiro e daí o retorno a seu lugar de origem. Dos fatos que antecedem a travessia empreendida pela personagem e dos eventos que marcam o seu desfecho quase nada se sabe, pois as circunstâncias da saída do protagonista da cidade fronteiriça ficam pouco esclarecidas, e a sua chegada ao Cati, após uma grande “volta”, envolve uma série de acontecimentos estranhos. No percurso que descreve, o maluco ganha inúmeros companheiros de jornada, que se sucedem na tarefa de cuidar e orientar um indivíduo bobo e ingênuo, decidindo os rumos que deve tomar.

Dando início à reflexão proposta, cabe retomar a travessia dos protagonistas das duas obras em questão. Riobaldo, ainda na adolescência, escuta histórias de jagunços e, principalmente, das “potentes chefias” dos senhores de jagunços, que lhes são contadas, com entusiasmo, pelo pai, o grande proprietário de terras Selorico Mendes. A personagem que cresce ouvindo uma apologia da ação dos coronéis viria, mais tarde, a reeditar esse discurso:

“... A guerra foi grande [...] Vão fazer cantigas, relatando as tantas façanhas”⁶. Depois de fugir da fazenda do pai, logo após a instituição da República, o protagonista torna-se professor particular do dono de uma fazenda – Zé Bebelo - que, movido por pretensões políticas e contando com o apoio financeiro do governo, reunira um grupo de capangas e soldados, a fim de “abolir o jaguncismo”. Posteriormente, Riobaldo se transformaria, primeiro, em jagunço, a seguir em chefe de jagunços, o Urutú-Branco, e, por último, no latifundiário que organiza um exército particular, com o intuito de defender sua propriedade.

Quando ingressa, de fato, no universo dos jagunços, o protagonista identifica dentro de si a brutalidade que ele desgostava e que o levava a abandonar o ofício de professor particular de Zé Bebelo. Na condição de chefe, ele ordena “que não se entrasse com bruteza nos povoados” e que seus homens “não obrassem brutalidades com os pais e irmãos e maridos” das mulheres que fossem encontrando pelo caminho⁷. Porém, nos diversos lugares por onde transitam, ele próprio sente o impulso de violar uma moça; intimida os passantes; degola um de seus subordinados, que ameaça revoltar-se; coordena as ações de extorsão de dinheiro praticadas contra fazendeiros remediados e ricos e justificadas pela necessidade de fazer a guerra “para impor paz inteira neste sertão”⁸. O próprio discurso que Riobaldo dirige aos homens, a fim de recrutá-los para a empresa que garantiria sua vitória na batalha final e lhe permitiria “largar a jagunçagem”, é um apelo à violência, à doideira que ele antes condenara: “Vamos sair pelo mundo, tomando dinheiro dos que têm, e objetos e as vantagens, de toda valia. E só vamos sossegar quando cada um já estiver farto, e já tiver recebido umas duas ou três mulheres, moças sacudidas, p’ra o renovame de sua cama ou rede...”⁹.

Percebe-se, também, que a idéia da guerra permanente não abandona Riobaldo nem mesmo quando ele ascende à condição de latifundiário. Nesse momento, é a paz do proprietário que tem de ser mantida e, para isso, ele mantém a seu serviço um exército de jagunços sempre preparados para a guerra: “Chegassem viessem aqui com guerra em mim, com más partes, com outras leis, ou com sobejos olhares, e eu ainda sorteio de acender esta zona [...]!”¹⁰.

De um protagonista que, em *Grande sertão*, conquista o poder de fazer e de ordenar a guerra – depois de ter ouvido, em sua adolescência, relatos apologéticos da vida jagunça -,

⁶ Id., *ibid.*, p. 209.

⁷ Id., *ibid.*, p. 395-396.

⁸ Id., *ibid.*, p. 337.

⁹ Id., *ibid.*, p. 337.

¹⁰ Id., *ibid.*, p. 21.

impondo a loucura, a lei da selvageria, aos demais, passa-se, em *O louco do Cati*, aos avessos desse enredo. Surge, na obra de Dyonelio Machado, um protagonista que, tendo sido vítima, em sua infância, do clima instaurado pela insana vontade de matar do general castilhistas e de seus homens – e pelas histórias contadas a esse respeito -, torna-se, ele próprio, um “maluco”. Além disso, trata-se aqui de um indivíduo cujos distúrbios mentais parecem ser agravados pelos atos de repressão que vivencia em companhia de Norberto, durante o Estado Novo. Enfatiza-se, portanto, no caso do romance do escritor gaúcho, a idéia da loucura que gera e espalha loucura.

O protagonista da obra de Dyonelio Machado é, antes de tudo, um homem assaltado pelo temor. Todas as palavras, imagens e fatos que lembram o Cati colocam-no em pânico, levando-o a gestos de desespero. Observe-se a reação do Louco depois de cair na “boca do lobo”, quando é conduzido, ao lado de Norberto, para o “Cubículo quatorze”, num presídio do Rio de Janeiro, lugar que ele, imediatamente, associa à fortaleza comandada em outros tempos pelo general João Francisco:

O grupo percorria um recinto todo atravancado de “instalações”: cozinha, lavanderia, etc. À sua esquerda, na parte que dava para uma das ruas, corria um enorme muro de proteção. Como a muralha numa posição fortificada [...].

Ao dobrar uma construção baixa e antiga, a “rua” por onde iam desembocava numa esplanada, calçada de paralelepípedos de granito. – E ao fundo, isolada, [...] uma massa parda, - que os esperava.

O maluco teve um movimento de fuga. Quis retroceder. Um dos guardas pôs-lhe a mão. Mas ele já soltava um grito:

– É o Cati! Não me digam que não! – E depois de uma respiração ruidosa e difícil, numa voz berrada e choramingada a um tempo: - Não me levem para o Cati.¹¹

Outro aspecto que vale a pena examinar, ainda que superficialmente, porque é comum a ambas as narrativas em foco, é a relação de seus respectivos protagonistas com o Diabo. Uma das possíveis interpretações do pacto firmado por Riobaldo com o Diabo é aquela proposta por Willi Bolle¹², que vê aí, entre outras coisas: o meio através do qual o protagonista supera a diferença de classes que separa um peão de um fazendeiro, mudando de fortuna e de *status* social; a alegoria do falso contrato social que, desde o período colonial, instaurou a desigualdade e que pode ser considerada a lei fundadora do Brasil, mais

¹¹ MACHADO, Dyonélio. *O louco do Cati*. 2. ed. São Paulo: Vertente, 1979. p. 93-94.

¹² BOLLE, Willi. *grande sertão.br: o romance de formação do Brasil*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2004.

persistente que as constituições. Essa alegoria estaria sintetizada na reveladora frase de Riobaldo: “Trato? Mas trato de iguais com iguais. Primeiro, eu era que dava a ordem”¹³. Verifica-se que, pouco antes da cena do pacto, Riobaldo, até então jagunço raso, renega sua condição de pobre e apresenta-se a “seô” Habão como filho “do fazendeiro Senhor coronel Selorico Mendes”¹⁴. Após o pacto, ele se torna chefe do bando e, mais tarde, latifundiário, ou seja, um agente do poder. Assimila, assim, a lei que institui a desigualdade entre os homens.

Em *O louco do Cati*, há uma passagem em que Norberto, ao referir-se às cores de seu calção, explica a estratégia utilizada pelos homens para sobreviver no mar, que figura no imaginário coletivo como um monstro: “– Este azul e branco – explicou para os amigos, percorrendo com o dedo largas faixas alternas – é o mar que nos ensina. São as suas cores. O homem do mar adota invariavelmente essas cores numa espécie de mimetismo. Pra agradar o monstro, se confundir com ele, aplacar a sua ira”¹⁵. O mimetismo parece ter sido a estratégia empregada por Riobaldo para sobreviver no sertão, livrando-se das misérias e do perigo de transformar-se num mero “enxadeiro” a serviço de um proprietário de terras. Ao adaptar-se à lei que rege as relações de poder naquele universo, ele aplaca a ira do monstro; confunde-se com aqueles que detêm o controle da situação, tirando vantagens dessa semelhança e garantindo a manutenção do domínio do mais forte.

Em *O louco do Cati*, narrativa na qual também há uma cena que remete à presença do Diabo entre os humanos, o maluco é incapaz de adotar tal estratégia, em parte, porque, ao contrário de Riobaldo, ele nunca sentiu em si o “doido afã de matar”. Num universo em que impera a loucura, sempre esteve na outra margem: do lado da população pobre e amedrontada com a ação do bando chefiado pelo general castilhista, que realizava “operações de limpeza” na região da Campanha, logo após a Revolução Federalista (1893-1895); do lado daqueles que perderam a saúde mental ao confrontar-se com a violência insana dos donos do poder. Na cena mencionada, o maluco foge para o meio do mato, ao acreditar que a hospedaria de seu Ricardo, lugar onde permanecem por algum tempo em seu deslocamento pelo litoral, é a prisão a céu aberto localizada no Cati, entre os municípios de Quaraí e Santana do Livramento. Esse mato desperta no protagonista a recordação de um mato de sua infância, situado no Passo da Guarda, lugar próximo a sua cidade natal:

¹³ GUIMARÃES ROSA, João. *Grande sertão: veredas*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967. p. 317.

¹⁴ Id., *ibid.*, p. 254.

¹⁵ MACHADO, Dyonélio. *O louco do Cati*. 2. ed. São Paulo: Vertente, 1979. p. 46.

Aquele mato, por dentro, atrapalharia qualquer um. Mesmo o mais conhecedor. Quando era criança, um dos poucos meninos valentes (um gauchinho a cavalo) que lutavam com o demônio e o levavam de vencida, usava um subterfúgio: é que era uma fuga e uma perseguição; o menino era que fugia, o diabo que perseguia; numa das tantas, o menino opôs uma muralha viva entre si e o perseguidor: jogou no ar um punhado de alfinetes encantados; eles se viraram em mato – um mato baixo, espinhento, todo trançado. Às vezes, aquele mato ali lhe parecia obra de alfinetes encantados.¹⁶

De acordo com essa história, a única que faz um elogio de façanhas de guerra na narrativa, a forma de lutar com o demônio em forma de gente – o general castilhista e seus homens –, e vencê-lo, era fugir dele, mas essa atitude demandava do indivíduo um atributo, a valentia ou a disposição para a guerra, capaz de garantir ao fugitivo poderes mágicos. Assim, também no romance de Dyonelio Machado, há indícios de que as personagens, a fim de conquistarem a paz provisória, têm de vencer o monstro, escapando da degola, quando se trata do Cati, ou da “boca do lobo”, quando a perseguição é obra da polícia do governo Vargas. Em outras palavras, as personagens têm, de algum modo, de participar da guerra: valer-se de subterfúgios e/ou organizar um bando ou exército que enfrente o mal. Essa é, em termos, a decisão de Norberto e de seu grupo, que adotam as duas táticas: fogem do aparato repressivo do Estado Novo e projetam combatê-lo, ao mesmo tempo que armam planos para burlar as dificuldades e suprir suas carências básicas, tais como vestir, comer ou morar.

O narrador deixa entrever, inclusive, a existência de algumas semelhanças entre a prática dos ativistas políticos e os métodos do general castilhista. O caudilho e seus comandados - tal como ocorre com os chefes e seus jagunços em *Grande sertão* – “não respeitavam nem as mulheres. E os pais e os irmãos é que pagavam, atirados nos poços medievais”.¹⁷ Por sua vez, os militantes de esquerda, que formavam um agrupamento majoritariamente masculino, reeditavam, no terreno ideológico, um comportamento “medieval”, submetendo as mulheres a um outro tipo de violência - o preconceito. Segundo o narrador, Nilson, por exemplo, “era um inimigo da entrada das mulheres no que se chamava ‘o movimento’”; achava que elas se tornavam ativistas “era para...”¹⁸.

O protagonista, porém, encontra-se distanciado dos dois mundos, o do poder e o da resistência ao autoritarismo, pelo medo que o detém e a inaptidão que demonstra tanto para o arranjo de qualquer subterfúgio capaz de livrá-lo da miséria quanto para a luta. Desse modo,

¹⁶ Id., *ibid.*, p. 31.

¹⁷ Id., *ibid.*, p. 28.

¹⁸ Id., *ibid.*, p. 113.

empenha a sua vida numa fuga permanente, provocada pelos fantasmas do passado e pela polícia do governo Vargas, que não o conduz, exatamente, a uma vitória.

Com o intuito de contextualizar a atuação das personagens nos dois livros em questão e de evidenciar o exame das similaridades existentes entre essas obras, no que se refere à temática em foco, recorre-se, novamente, a Willi Bolle. O ensaísta ressalta que, em Guimarães Rosa, “a localização do sistema jagunço numa região limítrofe com os centros do poder, incluindo o território do Distrito Federal, confere ao texto o caráter de um retrato alegórico do Brasil”. Em seu entendimento, “a encenação de bandos organizando o crime e exercendo o poder no planalto central” assume, na obra, um significado que vale a pena salientar: “O sistema jagunço, enquanto instituição situada ao mesmo tempo na esfera da Lei e do Crime, deixa de ser um fenômeno regional e datado, para tornar-se uma representação do funcionamento atual das estruturas do país”¹⁹.

O ensaísta acrescenta, ainda, que “o apagamento proposital de datas” fortalece essa dimensão alegórica da história e, mais adiante, conclui que “o regime vigente no sertão de Guimarães Rosa – que representa [...], alegoricamente, o país inteiro – é o da sociedade patriarcal”, o qual persiste desde o descobrimento até a atualidade, adaptando-se a todas as formas de governo²⁰. Entretanto, para além de todos esses aspectos, convém mencionar um procedimento empregado na obra e destacado pelo ensaísta – a presença do interlocutor urbano com o qual Riobaldo dialoga, elaborando um relato em que “os elementos de dissimulação, próprios de um dono do poder”, misturam-se “com elementos de confissão e de crítica”. Esse recurso permite que o Brasil arcaico se compare com o Brasil moderno e possa “enxergar em si a permanência das velhas estruturas”²¹.

Ao que parece, em *O louco do Cati*, também é possível reconhecer essa dimensão alegórica. De acordo com o romance de Dyonelio Machado, as estruturas de poder que, no Rio Grande do Sul, sustentam o coronelismo durante a época do general João Francisco, ainda na República Velha – mesmo período em que Riobaldo, em *Grande sertão*, tem o seu primeiro contato com a jagunçagem –, continuam vigentes no Estado Novo. No livro do autor gaúcho, a permanência dessas estruturas, além de ser sugerida pelo apagamento deliberado de datas – a exemplo do que se verifica na obra de Guimarães Rosa –, é evidenciada por meio da

¹⁹ BOLLE, Willi. *grande sertão.br*: o romance de formação do Brasil. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2004. p. 116-121.

²⁰ Id., *ibid.*, p. 176; 283.

²¹ Id., *ibid.*, p. 175; 318.

confusão, falta de discernimento e fusão, desencadeada na mente do protagonista quando ele identifica determinadas semelhanças entre dois momentos cronologicamente distintos e entre diferentes espaços físicos. Para o Louco, o Cati sobrevive ou ressuscita nos diversos locais por onde circula, inclusive o Rio de Janeiro, que, durante a ditadura de Vargas, ainda era a Capital da República. Tal como o sertão na obra de Guimarães Rosa, o Cati, ou a Campanha, no romance de Dyonelio Machado, está em todo lugar, indicando que o regime de desmandos não é exclusividade de uma região do país ou de um período de sua história. Nesse caso, portanto, é a loucura do protagonista que, ao tornar possível um paralelo entre dois estágios temporais, revela a insanidade do Estado autoritário, cujos atos visavam à imposição da “ordem” por meio da violência e do crime.

Percebe-se que, em *Grande sertão*, ao falar com um estranho, Riobaldo trava um diálogo polêmico consigo mesmo, na medida em que as justificativas que apresenta para suas ações e os questionamentos que faz acabam expondo a doideira do sistema de poder instalado no país e do qual ele é um agente. O protagonista só consegue fazer isso porque “é o único que não é inteiramente movido pelas razões da guerra”, como afirma Kathrin H. Rosenfield²². Essa condição o torna capaz de atravessar o sertão, por intermédio da memória e da linguagem, distanciando-se “da lei da selvageria primitiva”, conforme as palavras da ensaísta²³. Por sua vez, o Louco do Cati manifesta, em relação aos acontecimentos, uma “incompreensão polêmica”, para utilizar uma expressão cunhada por Mikhail Bakhtin²⁴. Detecta-se um componente de lucidez na percepção do Louco: não entender as regras que regem a sociedade é mostrar o absurdo de tais normas, que oprimem e degradam o indivíduo.

Outro procedimento, no romance de Dyonelio Machado, que desvela a loucura como elemento constitutivo das estruturas de poder de diferentes formas de governo no Brasil é a montagem da narrativa. Norberto, ao falar da época que sucedeu a Revolução Federalista e na qual o poder do general castilhista foi exercido sem limites, explica: "Havia terminado a revolução com a vitória do governo. [...] Fazia-se necessário isso que depois as guerras iriam chamar 'operações de limpeza`. [...] Bem: essa limpeza se inaugurou, se consolidou, se

²² ROSENFELD, Kathrin H. *Os descaminhos do demo: tradição e ruptura em Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Imago; São Paulo: EDUSP, 1993. p. 86.

²³ Id., *ibid.*, p. 127.

²⁴ BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética; a teoria do romance*. São Paulo: Ed. UNESP; Hucitec, 1988. p. 193-195.

prolongou. Tornou-se coisa regular. – Uma espécie de banditismo legal, entronizado naquele 'Castelo'”²⁵.

Mais adiante, fica claro que, na obra, a “entronização” do “banditismo legal” é a “entronização” do “insano”, que tem sua origem na criação do Inferno: a guerra permanente, a desigualdade social. O poema “Almas penadas”, escrito por um dos detentos a propósito da entrada do Louco do Cati no pavilhão onde ficam os cubículos, no presídio do Rio de Janeiro, é inspirado na *Divina comédia* e apresentado pelo seu autor como “Sugestões do Cárcere”: “Não se sabe quem foi. Só se sabe que os Céus / Um dia se fecharam; que um profundo oceano / De fogo e de sofrer se abriu para esses réus. / - O Inferno, assim criado, entronizava o Insano”²⁶. Esse poema retoma as palavras empregadas por Norberto, de modo que o sentido de ambos os trechos se esclarecem mutuamente. Assim, as duas passagens tornam flagrantes os efeitos negativos da repressão sobre os indivíduos, sublinhando o fato de que a insanidade está de tal forma entranhada no sistema de poder que essa é a aliança identificada pelas personagens, tanto na travessia que empreendem pelo espaço quanto no deslocamento que realizam no tempo.

Outro elemento a merecer atenção é o fato de que, embora as épocas focalizadas pelas duas obras sejam associadas por seus narradores e/ou por suas personagens com a Idade Média, tal relação não pressupõe, necessariamente, uma idealização. Se em *Grande sertão* ocorre, por vezes, uma apologia da vida jagunça ou dos próprios chefes, em outros momentos é a presença da barbárie na ação nos bandos que leva a pensar na era medieval. A manifestação do bicho no homem civilizado e o “medo do homem humano”, inscritos na obra de Guimarães Rosa, tomam conta do romance de Dyonelio Machado e são os traços que propiciam a vinculação de períodos distintos – o final do século XIX e a época do Estado Novo - com a Idade Média. Além de mencionar os poços medievais, onde eram jogados os pais e irmãos das mulheres que sofriam o ataque do exército do general castilhista, chamado de Hiena do Cati, Norberto descreve o próprio Cati, dizendo que era “o Estado para aquela região”; um “Polvo”, que “apertava, arrastava, triturava. E durante anos, anos”. Depois completa: “Fez-se uma legenda real, verdadeira, de sangue, de morte, de terror feudal”²⁷.

²⁵ MACHADO, Dyonelio. *O louco do Cati*. 2. ed. São Paulo: Vertente, 1979. p. 46. p. 28.

²⁶ Id., *ibid.*, p. 107.

²⁷ Id., *ibid.*, p. 28-29.

Julga-se interessante destacar que, em seu relato de memórias²⁸, Dyonelio Machado detecta “lances duma Idade Média que não passou”²⁹ não apenas no Rio Grande do Sul de 1895 - época em que nasceu, pouco antes do final da Revolução Federalista -, como também em diversos momentos do século XX no país. O olhar do autor recai, em primeiro lugar, sobre o caudilhismo e, depois, sobre os regimes autoritários que se sucederam no Brasil, para, então, concluir: “Não é difícil compreender uma época, embora distante, quando ela permanece atual. [...] De 35 a 71, ano em que escrevo, nada mudou, a não ser talvez pra pior. A pena de morte [...] está em pleno vigor”³⁰.

Essa visão que Dyonelio Machado, intelectual e político, possuía da história do Brasil – e a sua percepção de que a “crônica política” se transformara numa “tecedura de violências”³¹ - parece condicionar a opção do romancista: em vez de exaltar “a valentia [...] dos heróis que dirigiam a sociedade”, como faz o modelo épico, de acordo com Jean Delumeau³², a obra do escritor gaúcho põe em destaque um sujeito que se situa à margem dos círculos de poder e que é a própria personificação do medo. Desse modo, propõe a relativização de um discurso que, no dizer do ensaísta, “deixa na sombra um vasto campo da realidade”, ao confundir o temor com a covardia e ao tentar encobri-lo, glorificando “atitudes ruidosamente heróicas”³³.

Em consonância com essa visão da história, os caminhos da narração assemelham-se à estrada que leva as personagens ao litoral: são construídos “aos trechos. Entre uns e outros, grandes espaços intransitáveis”, além de “desvios de emergência”³⁴. Os diálogos curtos, as elipses, as frases interrompidas e os elementos implícitos tecem uma rede que envolve, num clima de medo e desconfiança, as personagens, o narrador e, por fim, o leitor que acompanha o desenrolar dos fatos. No romance, a consciência do perigo faz com que as personagens falem baixo ou murmurem, comunicando-se por meias palavras, além de recomendarem silêncio umas as outras. Nesse tipo de narrativa, não há lugar para atitudes ou frases plenamente afirmativas. Por isso, tal como declara Mário de Andrade numa carta que enviou a

²⁸ MACHADO, Dyonélio. *Memórias de um pobre homem*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1990.

²⁹ Id., *ibid.*, p. 48-50.

³⁰ Id., *ibid.*, p. 105-106.

³¹ Id., *ibid.*, p. 106.

³² DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 15.

³³ Id., *ibid.*, p. 13-16.

³⁴ MACHADO, Dyonélio. *O louco do Cati*. 2. ed. São Paulo: Vertente, 1979. p. 20.

Dyonelio Machado, em *O louco do Cati* há uma verdade “que fica se perguntando a si mesma se realmente existe”³⁵.

Se o romance do escritor gaúcho constitui-se numa narrativa fragmentária pela falta e pela contenção que caracterizam o relato, ele próprio elaborado como ícone do medo e da loucura, *Grande sertão*, ao que parece, em diversos momentos, apresenta ações pretensamente heróicas sob um outro ângulo, num relato longo e calcado em repetições parciais, que promovem uma constante revisão ou releitura do que foi dito antes. Nessa obra, em que o narrador volta várias vezes ao mesmo ponto, a fragmentação parece estar relacionada à intensidade da “matéria vertente”, à força com que jorra o discurso de Riobaldo e às contradições presentes em sua fala. No livro de Guimarães Rosa, é pelo excesso, pela ação vertiginosa da memória e da reflexão, que a violência ou insanidade diz seu nome.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética; a teoria do romance*. São Paulo: Ed. UNESP; Hucitec, 1988.

BOLLE, Willi. *grande sertão.br: o romance de formação do Brasil*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2004.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

GUIMARÃES ROSA, João. *Grande sertão: veredas*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

MACHADO, Dyonelio. *Os ratos*. 4. ed. Porto Alegre: Bells, 1973.

_____. *O louco do Cati*. 2. ed. São Paulo: Vertente, 1979.

_____. *Memórias de um pobre homem*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1990.

³⁵ Essa carta, datada de 1944, também consta no “prefácio” de MACHADO, Dyonelio. *Os ratos*. 4. ed. Porto Alegre: Bells, 1973. p. IX.

ROSENFELD, Kathrin H. *Os descaminhos do demo: tradição e ruptura em Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Imago; São Paulo: EDUSP, 1993.

VELLINHO, Moysés. *Letras da Província*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1960.